

Os centenários: 7 de Setembro e 2 de Julho na Bahia, Brasil (1922-1923)

Suely Moraes Cerávolo*

Cinthia da Silva Cunha*

Recebido em 15/03/2022

Aprovado em 19/04/2022

Resumo

O dia 2 de Julho na Bahia se reveste de características especiais na capital, cidade do Salvador e em cidades do Recôncavo Baiano até os dias atuais. À luz de notícias de jornais, comentam-se os fatos históricos que o tornam lembrado e festejado, e os discursos que de modo inequívoco o distinguem do 7 de Setembro em se tratando da Independência do Brasil. Com esse objetivo, esse artigo se inicia com os argumentos contrapostos entre os dois eventos na década de 1920 e, em particular, em 1922 e 1923, segue com um painel das lutas na Bahia responsáveis pela expulsão dos portugueses em 1823, cujo trajeto foi apropriado em cortejo cívico oficial que percorre os bairros da Lapinha ao Campo Grande, acompanhado efusivamente por populares. Embora as duas datas — a do setembro nacional e a de julho regional — fossem festejadas competindo simbolicamente, houve a expectativa de que o 2 de Julho fosse comemorado em todo o país. Finaliza-se com a mostra de produtos em 1923 no bojo do Programa do Centenário da Redenção da Bahia, a fim de demonstrar a pujança produtiva da Bahia.

Palavras-chave

2 de Julho; Cortejo cívico; Exposição de produtos baianos.

Abstract

To this day, the 2nd of July in Bahia is an important civic holiday in the capital of the State of Bahia, Salvador, and in the area surrounding All Saints' Bay, known as the Recôncavo Baiano. An analysis of newspaper clippings from the period reveal the historic events that have made this holiday significant and celebrated, as well as the discourse which unequivocally distinguishes it from the 7th of September, with regard to the Independence of Brazil. With this in mind, the present article begins by comparing the 7th of September and the 2nd of July in the 1920s, specifically with regard to their respective centenary celebrations in 1922 and 1923. It continues with an overview of the series of battles in Bahia which led to the expulsion of the Portuguese in 1823, the historic route of which has evolved into a popular civic parade in Salvador that goes from the neighborhood of Lapinha to Campo Grande, accompanied by the local population. Although the two dates, the national holiday in September and the regional holiday in July, are celebrated they do compete symbolically,

* Graduada em História, Mestra em Ciência da Informação e Documentação e doutora em Ciências da Comunicação ambos pela ECA/USP, pós-doutoramento em Museologia no viés da História dos Museus no Brasil, professora titular do Departamento de Museologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Produção acadêmica na área de Documentação em Museus e História das práticas museais na Bahia. Email para contato: sumocem@gmail.com.

* Doutora em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Mestrado sobre as Exposições Baianas do Segundo Reinado (1866-1888) e tese defendida em 2018, sobre as Exposições Baianas da Primeira República (1908; 1922 e 1923). Pesquisadora com 20 anos de atuação em pesquisas históricas, transcrição paleográfica e ensino. Email para contato: cinthiahistoriadora@gmail.com.

with the expectation that the 2nd of July be commemorated throughout Brazil. The final section focuses on a 1923 exhibition of Bahian products, organized within the context of the Programa do Centenário da Redenção da Bahia (Centenary of the Redemption of Bahia), whose main objective was to showcase the production capacity of the State of Bahia.

Keywords

2nd of July; Civic parade; Exhibition of Bahian products.

Nosso objetivo é comentar as comemorações para o centenário do 7 de Setembro e do 2 de Julho a partir dos eventos baianos em 1922 e 1923, cujas narrativas próprias a cada um dos festejos retratam as expectativas e interpretações das elites políticas, econômicas e intelectuais do Estado da Bahia, as programações para as festas e as grandes exposições no espectro de eventos cívicos, verdadeiras vitrines baianas de produtos envoltas na ideologia do progresso esperada pela República. O dia 2 de Julho na Bahia se reveste de características especiais na capital Salvador e em cidades do Recôncavo Baiano até os dias atuais. Procuramos apresentar os fatos históricos que tornaram esse dia lembrado e festejado e, à luz de notícias de jornais, os discursos que, de modo inequívoco, o distinguem do 7 de Setembro em se tratando da Independência do Brasil, embora as duas datas — a de setembro nacional e a de julho regional — fossem comemoradas em plena disputa simbólica. Para que se compreenda a origem das festividades na Bahia, abordamos as lutas que deram origem ao 2 de Julho cujo trajeto foi apropriado em cortejo cívico em programas oficiais. Nos festejos de 1923, um século após a expulsão dos portugueses das terras baianas que firmou a autonomia do país em relação a Portugal, foi planejado o programa comemorativo do Centenário da Redenção da Bahia, do qual fez parte a exposição de produtos baianos, para demonstrar aos próprios baianos o desenvolvimento do Estado, tendo em mente a possibilidade de ativar investimentos em negócios.

“2 de Julho é o dia maior para a Bahia”¹

Nasce o sol a dois de julho
Brilha mais que no primeiro
É sinal que neste dia
Até o sol até o sol é brasileiro

Nunca mais, nunca mais o despotismo
Regerá, regerá nossas ações
Com tiranos não combinam
Brasileiros brasileiros corações

Cresce, oh! Filho de minha alma
Para a pátria defender,
O Brasil já tem jurado
Independência, independência ou morrer

Nunca mais, nunca mais o despotismo
Regerá, regerá nossas ações
Com tiranos não combinam
Brasileiros brasileiros corações

Salve, oh! Rei das campinas
De Cabrito e Pirajá
Nossa pátria hoje livre
Dos tiranos dos tiranos não será.

(Hino ao Dois de Julho)²

No dia 5 de setembro de 1922, o *Diário de Notícias* (Bahia) informava em suas páginas que animados, destemidos e solteiros pescadores da Bahia, em saveiro coberto por conta dos aguaceiros do litoral, escolhido pelo capitão Pereira das Neves do porto de Salvador, na embarcação antes chamada *Pastor do Oceano*, rebatizada *Dois de Julho* após a missa na Igreja Nossa Senhora da Conceição, enfrentaria os mares até a Baía de Guanabara, chegando ao Rio de Janeiro, capital federal, bem a tempo dos festejos comemorativos do Centenário da Independência do Brasil, o 7 de Setembro. A esses “bravos da Bahia” juntavam-se os de Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte e de outros estados que, com pequenos barcos, evidenciariam o já atestado valor dos filhos do norte.³

Dois dias depois da saída dos pescadores, *O Imparcial* “Órgão das Classes Conservadoras da Bahia”⁴ publica, em primeira página, a manchete “Um século de liberdade — 7 de Setembro de 1822 - 7 de Setembro de 1922 — o grande dia nacional”. Um verso de Castro Alves abre, em epígrafe, o “No altar da pátria”, cujo texto conclama o leitor para olhar os heróis do passado desde os da Inconfidência Mineira ao príncipe “lusitano” que sintetizara o momento heroico em ode glorificadora à soberania, cuja separação de Portugal não apagara a fraternidade para com o povo irmão na construção da nação brasileira. A narrativa pretende convocar a comunhão internacional, a união patriótica nacional e o empenho no trabalho para que nos tornássemos um “empório da paz, do direito e da liberdade!”⁵

O tema nacionalismo e o desmanche de qualquer conflito que porventura houvesse contra os portugueses, matéria para lembrar as causas do 7 de Setembro vinha à tona até anos antes. Em agosto de 1920 no sentido de comunhão internacional e, principalmente, para dirimir as vozes discordantes em relação à colônia portuguesa, Oliveira Lima⁶ conduz a argumentação em texto no jornal *A Manhã* (propriedade do *Diário da Manhã*, BA) no sentido

de não considerá-la inimiga, propugnando pelo bom senso e a irmandade (mesma raça e sangue), de modo a desfazer as turras contra os lusitanos. Acima de tudo, deveria imperar a nação brasileira e, para comprová-lo, informa que a colônia, no Rio de Janeiro, amealhara vultosa subscrição para a construção de monumento celebrando 1822, data da “emancipação do filho que é o maior desvanecimento paterno”.⁷

O espírito do nacionalismo e da fraternidade leva o mesmo jornal baiano, em mês anterior a publicar, em destaque, a seguinte chamada:

“Urge que se incentive entre nós a campanha nacionalista, dirigindo-a pelo bom caminho, isto é, não a deturpando com a significação de ódio ao estrangeiro. E maior é o crime de atacar os estrangeiros, quando estes são os nossos irmãos de PORTUGAL, estes filhos gloriosos cujos costumes, tradições e língua herdamos e de que tanto nos ufanamos”.⁸

“Após um século!”, publicado no *Diário de Notícias*, homenageia igualmente o 7 de Setembro 1822-1922 enaltecendo, dentre outros aspectos, o desenvolvimento nas ciências, letras, artes e indústrias em caminho vertiginoso e transmutador do país — a nação autônoma —, respeitada em força, passado e honra para o que, novamente o trabalho, sustentaria o futuro.⁹

O centenário de 7 de Setembro, planejado com antecedência e divulgado nos jornais na Bahia, foi esperado e celebrado efusivamente. Dia a dia os periódicos replicavam notícias chegadas do Rio de Janeiro, a capital da República. Nos jornais, colunas repletas de pequenas notas tornadas manchetes pelos chamamentos dos títulos, repassavam o clima de entusiasmo daquela cidade,¹⁰ animadíssima pela variedade de eventos de toda natureza: homenagens, comemorações, recepções, bailes, banquetes, enfim, extensas festividades e a esperada monumental Exposição Internacional do Centenário para o que, a Bahia incluída, se preparou, pois, tinha o nome a preservar.¹¹

Passar os olhos pelo noticiário e pelas chamadas em jornais nos faz crer que tudo e todos convergiam — inclusos os pescadores — para participar das mais variadas comemorações do centenário do 7 de Setembro. Oportunidade para a loja Ao Pelicano propagandear o estoque de malas, valises de couro, chapeleiras para homens e mulheres, sacos para roupas e cadeiras (ambos em lona), justo quando as viagens se faziam por navios em direção ao Rio de Janeiro para as festas do centenário e visitas à exposição.¹² Se o interesse do comércio era aproveitar a ocasião para os negócios, do ponto de vista oficial nenhum detalhe deveria ser descuidado pela Comissão Executiva do Centenário.¹³ Sediada no Rio de Janeiro, e apelando ao patriotismo, informou por telegrama ao governador da Bahia

que as escolas primárias deveriam receber e distribuir a “lembrança centenária”, um conjunto de “pequenos mapas” do país, cartões ilustrados com símbolos nacionais e exemplares do Hino da Independência.¹⁴

Infere-se das manchetes e do noticiário espalhados pelos jornais que o Centenário da Independência de 1922 deveria funcionar harmonicamente como peça sinfônica, comandada por um regente central organizador capaz de suplantar as possíveis dissonâncias e, assim, controlar e apresentar os Estados federativos em demonstração evidente para os próprios brasileiros e para os estrangeiros, da nação unida.

Teria sido assim na Bahia?

A resposta é ambivalente; sim e não.

A manchete, alegorias e fotos veiculadas no *A Manhã* de 8 de Abril de 1920, portanto, dois anos *antes* do centenário do 7 de Setembro, podem ser lidas como sintomas explícitos do que significava não uma, mas, duas datas: a de setembro e o 2 de Julho.

Vejam os detalhes: em primeira página, estampada em letras graúdas “O CENTENARIO DA INDEPENDENCIA” emparelha visualmente datas distantes em um século. De um lado, o 7 de Setembro de 1822 - 7 de Setembro de 1922, e, de outro, o 2 de Julho de 1823 - 2 de Julho de 1923. Nesse ponto cabe situar, como o faz Dilton Oliveira de Araújo,¹⁵ que o 2 de Julho caracteriza-se como disputa simbólica em movimento de resistência ao projeto centralista sediado no Rio de Janeiro e diz respeito à natureza da nação, traços evidenciados nas chamadas abaixo reproduzidas, cada uma delas em evidência na diagramação da página. Para o 7 de Setembro: “O Brasil inteiro se apresta para a comemoração da data extraordinária do Centenário da Independência do Brasil que será a 7 de setembro de 1922”. E, para o 2 de Julho: “E a Bahia, que foi a terra brasileira que mais se salientou nas lutas da independência de se redobrar de entusiasmo no festejar a data do 2 de Julho”.

Ainda explorando a composição gráfica da mesma página desse jornal, duas imagens enquadram um único texto sem autoria declarada: a dos clichês de alegoria figurativa e a do Monumento ao 2 de Julho na cidade do Salvador, além de duas fotografias — a do Museu do Ipiranga em São Paulo e a do Dr. Bernardino de Souza, secretário perpétuo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), ardente defensor do 2 de Julho nas comemorações em 1923. As alegorias conjugam elementos que aludem aos dois acontecimentos. O “Salve 7 de Setembro” se enquadra na composição da figura feminina em pé, coberta por túnica drapejada, ornada com resplendor, estrelas e coroa de louros insinuando a presença da República;¹⁶ o braço esquerdo voltado para o alto onde se lê o dístico citado e, abaixo, o

medalhão com a imagem do Príncipe Pedro - 7 de Setembro 1822, guarnecido por folhagens; na mão direita o escudo e a espada com a divisa “independência ou morte”. Para a data baiana, o Monumento ao 2 de Julho, na Praça do Campo Grande em Salvador e, ao lado, um índio representando o Caboclo e, nele, a raça brasileira (Figura 1).



Figura 1. Primeira página do *A Manhã*, de 8 de abril de 1920. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.¹⁷

Embora o conjunto da composição sugira a harmonização das duas comemorações, observe-se a legenda da fotografia do Museu do Ipiranga “construído onde D. Pedro I proclamou a independência”, remetendo explicitamente ao lugar do tão alardeado grito. Todavia, no texto, a menção a São Paulo, bem como ao Rio de Janeiro, aponta — com certa acidez — que os respectivos governos empenhavam esforços para que os festejos ocorressem com “brilho indizível”. Por sua vez, a fotografia de Bernardino José de Souza (ou somente Bernardino de Souza), idealista consumado de temperamento firme, segundo Consuelo Pondé

de Sena,¹⁸ respeitadíssimo no ambiente político, social e cultural da Bahia presta-se a referendar o escrito e conclamar aqueles que compartilhavam o valor e a necessidade de comemorar os embates enfrentados na Bahia pelos heróis e se acrescenta, as heroínas — Soror Joana Angélica, Ana Nery e Maria Quitéria, que se juntaram aos que foram às armas contra o domínio português. Conclama, portanto, valorizar o 2 de Julho na Bahia, motivo para prestar apoio ao IGHB para o centenário em 1923, a ser festejado com “esplendidezas nunca vistas”.¹⁹

Notícias como as aqui relatadas demonstram o clima de contraponto refletindo, ao mesmo tempo, aproximação e distanciamento, o que nos faz enveredar pelo tema com vistas a situar o caleidoscópico 2 de Julho. Uma data comemorada ano após ano desde 1824 como rito cívico de “natureza duradoura da interpretação popular [sobre as] origens do Estado brasileiro (...)” segundo Hendrik Kraay,²⁰ pleno de “civismo festivo” para Wlamyra R. de Albuquerque,²¹ em uma Bahia tensionada entre os tempos de glória *versus* os de infortúnio *versus* a reconstituição da identidade e qualidades baianas, na análise de Rinaldo Leite.²²

Fato é que celebrar o 2 de Julho na Bahia — desde a cidade do Salvador ao Recôncavo — ressoa fortemente no coração dos baianos, e é reivindicado pelos populares que adotam as figuras simbólicas do Caboclo e da Cabocla, até hoje reverenciadas ao receberem oferendas e pedidos assim que colocados à apresentação pública. A trama de múltiplas variáveis formula a mescla de civismo, festa e fé instaurada como prática cultural em uma espécie de rito histórico de ideário cívico que permeia a data tornando-a tão popular e cara aos baianos.

Das lutas para cortejo cívico

Para compreender o 2 de Julho que logrou o posto de data rememorada pelos baianos, faz-se necessário empreender o retorno ao período entre 1821 e 1823, para evidenciar os elementos históricos e culturalmente referenciados, aqui apresentados ao modo de painel, para situar sobretudo as causas de onde brotaram as manifestações que permaneceram nos programas oficiais dos festejos comemorativos em 1922 e em 1923, pelo ângulo da Bahia.

Quando as ações de separação de Portugal refletiam-se na Província da Bahia,²³ a conjuntura local se viu pontilhada de disputas agressivas e armadas, incluindo o envolvimento de populares. Lados opostos se enfrentavam em franco conflito, e o dia a dia da cidade do Salvador e do Recôncavo se viu afetado sob o olhar das elites atentas à manutenção do poder.²⁴

O historiador Luis Henrique Dias Tavares²⁵ nos conta que a guerra pela independência do Brasil na Bahia iniciou-se em 25 de junho na Vila de Nossa Senhora do Rosário de

Cachoeira (Cachoeira), sendo depois retratada pelo pintor Antônio Parreiras, em 1928 (Figura 2). Em 25 de julho de 1822,²⁶ o povo cachoeirano aclamou D. Pedro I como "Defensor Perpétuo" e celebrou a decisão em missa e *Te Deum*, homenageando os acontecimentos precedentes. Após a missa, a vila foi alvejada por barcos militares portugueses que atiraram também em direção a São Félix (vilas vizinhas separadas pelo Rio Paraguaçu, cada uma do lado do rio). Ali fizeram a primeira das vítimas da guerra, o soldado Tambor Soledade. No dia seguinte, a população local, em canoas, tomou de assalto a escuna portuguesa. Estava iniciada a guerra e, daí até o dia 2 de julho de 1823.²⁷ A guerra aconteceu em duas fases: a primeira, em movimentos locais e os denominados batalhões patrióticos (junho a outubro de 1822);²⁸ a segunda, em julho de 1822, com o Exército Pacificador, sob o comando do general francês Pierre Labatut (mercenário contratado por Pedro I), que organizou a conjunção de "soldados regulares e voluntários, brancos pobres, tupinambás, negros libertos e escravos enviados pelos seus senhores".²⁹ Das lutas na Bahia participaram "pernambucanos, fluminenses e mineiros", segundo notícia do historiador Braz do Amaral.³⁰



Figura 2. *O Primeiro Passo para a Independência da Bahia* (1928), de Antônio Parreiras. Tela sobre os feitos na Vila de Cachoeira/BA. Acervo: Palácio Rio Branco, Salvador/BA. Fonte: Secretaria da Cultura do Estado da Bahia. Fundação Pedro Calmon.³¹

Em tempos do reconhecimento da autoridade de D. Pedro I, a Bahia fervilhava em episódios de repercussão local ou para além. Em 1821, uns defendiam a continuidade do império colonial português. Na Bahia, o brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, nomeado governador das armas e afinado à visão de Lisboa, ocupou militarmente a cidade do Salvador, atacando oficiais e soldados brasileiros resistentes em aceitá-lo bem como aos portugueses.

Em 1822 (maio e junho), proprietários de engenhos e plantações de cana de açúcar, oficiais militares e intelectuais se puseram a favor da regência e autoridade do príncipe.

Fator importante para vencer as lutas então travadas se deu com a articulação entre vilas e povoados do Recôncavo Baiano, realizada desde o século XVIII, ativando o fluxo de mercadorias, suprimentos e informações.³² À vila de Cachoeira, palco de enfrentamento dos grandes proprietários no comando de milícias, se juntaram outras vilas³³ para formar um conselho subordinando civis e militares.³⁴ Na ilha de Itaparica, encravada na Baía de Todos os Santos, ocorreu a Batalha de Itaparica em 7 de janeiro de 1823. Esse dia entrou para o calendário da ilha, com manifestações cívicas e religiosas repetidas a cada ano, de acordo com Milton Moura, sendo emblemáticas como *da independência da Bahia* (grifo do autor) em dez localidades abrangendo Salvador, o Recôncavo e o Baixo Sul (Bom Jesus dos Passos, Cachoeira, Itacaré, Jaguaripe, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro da Purificação, São Félix, Saubara e Valença), cujo cortejo da imagem do caboclo ou da cabocla (ou mesmo ambos) é o elemento comum dos festejos. O 2 de julho torna-se, assim, a data oficial para comemorar a entrada de soldados baianos e mercenários em Salvador, fazendo com que os portugueses batessem em retirada.³⁵

Os embates aconteceram em vários lugares lembrados na historiografia da Bahia e carreados no tempo. Os “Encourados de Pedrão” (então distrito da Purificação, atual Município de Irará), foi um deles. A denominação advinha da vestimenta tal como a dos vaqueiros do sertão, usada por um grupo de cavaleiros formado pelo padre pernambucano José Maria Brayner, apelidado “Padre dos Couros”,³⁶ motivo da tela de Oséa Santos,³⁷ na década de 1940 (Figura 3).

Deviam ser tantas as lembranças que chegavam sobre o passado à época do centenário em 1923 que o Cônego Olegário Carneiro pareceu movido pela necessidade de afirmar para o IGHB que o ocorrido em Pedrão não era fantasia descrita em versos, como alguns poderiam julgar. Existira e, para dar veracidade, registra que podia fazê-lo “por haver tido a glória de conhecer e conviver com um desses bravos (...)”.³⁸ A palavra “fantasia” merece comentário pelo contraponto político que, neste caso, carrega. Surge mais de uma vez no texto do historiador Braz do Amaral,³⁹ para contestar o que considerou apropriação do patriotismo pelo Rio de Janeiro e São Paulo (em 1922) ao exaltar o “incidente do Ipiranga” — narrativa fantasiosa para “entreter forasteiros (...)”; “falsa história nacional (...)” — omitindo o “lugar em que a independência custou sangue e sério esforço”, ou seja, para reivindicar o posicionamento da Bahia na defesa dos brasileiros. Amaral acrescenta na contestação que a resistência contra as tropas portuguesas já estava organizada na Bahia — a independência não

fora resultado de um milagroso grito — e, incorporando a voz dos lutadores do passado, enfatiza o adágio: a morte era preferível à perda da autonomia.⁴⁰ A notar que, nesse discurso em texto, tem-se a tônica do pensamento espraiado nos jornais mesmo antes de 1922 ou no ano seguinte.



Figura 3 – Pintura representando os “Encourados de Pedrão”. Legenda: “Oséas Santos: Encourados do Pedrão, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia”.
Fonte: Independência do Brasil na Bahia 2017 | História. Do “Grito do Ipiranga” ao sangue na Baía. Fundação Pedro Calmon, Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.⁴¹

Travaram-se muitas lutas nos arredores da cidade do Salvador. O general Labatut a certa altura intimou Madeira de Melo a deixar a Bahia, porém, nas palavras de Luis Henrique Tavares, “descrente de qualquer solução pacífica”, organizou o exército em três brigadas: uma na área de Cabrito, Campinas e Pirajá, outra em Armações, chegando até Itapoã, e a terceira no Centro (entende-se aqui o centro da cidade do Salvador). A Batalha de Pirajá ocorreu na área de Cabrito (depois Subúrbio Ferroviário de Salvador e bairro fronteiriço à Pirajá), durou algumas horas e, para esse historiador, embora pouco se saiba sobre o ocorrido ela foi a “demonstração da resistência brasileira”.⁴² Como outras lutas, “A epopeia de Cabrito e Pirajá” foi também lembrada em jornal de 1922.⁴³

À época dos combates, o clima na província era de “verdadeiro mal-estar político-social”, com o confronto a portugueses europeus ou àqueles há mais tempo ali instalados, descrédito das instituições políticas, dificuldades para obter alimentos e carestia, e falta de trabalho, compondo um quadro de forças de forte pressão sobre a maioria da população.⁴⁴ O que se passou atravessou o caminho belicoso, tenso e cheio de obstáculos, para os quais não

faltaram resistências internas e externas, o medo de rebeliões, comerciantes portugueses preocupados com atos de vingança requisitando de pessoas influentes salvo-condutos, ora para evadir da cidade, ora para garantir a segurança de seus negócios. A cidade do Salvador foi sitiada e houve fuga de moradores para o Recôncavo Baiano. Nesse momento, primavam os embates em várias frentes, rivalidades, tentativas de negociação, pânico e, pode-se dizer, de efeitos nervosos imputados pelo jogo político e militar, acelerando a evasão de civis e militares portugueses.⁴⁵ Madeira de Melo resistiu, abandonou a cidade do Salvador sem capitular e voltou para Lisboa. A cidade praticamente destruída foi retomada em 2 de julho pelo Exército Libertador, com os soldados depauperados e a população carente.⁴⁶

Luis Henrique Tavares descreve: “O dia 2 de julho apresentou-se bonito. Cessaram as chuvas de junho e o sol brilhou”. Entrando por vários pontos da cidade os “negros do batalhão dos Libertos Imperiais fechavam a marcha” seguindo a estrada das boiadas,⁴⁷ outros soldados pelo Rio Vermelho; fortes foram ocupados (o de São Pedro e o do Barbalho) até a tomada do Terreiro de Jesus (depois local do centro histórico de Salvador). Data máxima da Bahia, o 2 de julho de 1823 é, afirma o historiador, “data histórica do Brasil” que, com a vitória do Exército e da Marinha do Brasil na Bahia, consolidou a separação política do Brasil de Portugal.⁴⁸

Observe-se pelo relato que os combates ocorreram na região geográfica do Recôncavo Baiano, que abrange o litoral (caso da Ilha de Itaparica) e o interior (à época vilas e lugarejos), além dos arredores e da própria cidade do Salvador. O trajeto cênico fundamental, usando a expressão de Dilton Araújo,⁴⁹ se apresenta na caminhada que serpenteava da Lapinha ao Terreiro de Jesus (3km aproximadamente), simbolizando a entrada das milícias vitoriosas e, conseqüentemente, a retração dos portugueses. Percurso basicamente mantido até os dias atuais, o que atesta a longevidade dos festejos. De acordo com o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), o cortejo atravessa os bairros da Lapinha, Barbalho, Centro Histórico, Avenida Sete de Setembro e Campo Grande.⁵⁰ O *Hino da Independência da Bahia*, referenciado em nossa epígrafe, teria sido cantando pela primeira vez em 2 de julho de 1828.⁵¹

As figuras do Caboclo e da Cabocla surgiram em anos distintos. Na narrativa de Manuel Querino⁵² sobre os festejos populares do 2 de Julho em 1923,⁵³ os patriotas vencedores festejaram a data gloriosa logo em 1824. Eles enfeitaram uma carreta tomada dos lusitanos em Pirajá, nela colocando um “velho mestiço, descendente de indígenas”, conduzindo-o do Largo da Lapinha ao Terreiro de Jesus, acompanhado por músicas e bandas. Posteriormente, foi encomendado ao escultor Manuel Ignácio da Costa um carro alegórico com um “esbelto

Caboclo, ornado de penas, aljava e setas” para ser levado em triunfo, esmagando uma serpente representando a tirania dos portugueses. O surgimento da Cabocla em 1846 se deu de modo bem peculiar, quando o

tenente-general Francisco José de Souza Soares de Andréa, presidente e comandante de armas da província, português naturalizado, procurou entender-se com a comissão dos festejos do 2 de Julho e ponderou que não achava conveniente a continuação do *Caboclo* nos festejos, que considerava uma humilhação aos portugueses, visto que eles já se casavam com as brasileiras e assim não havia razão para continuar um emblema que significava uma nação esmagando outra. Achava mais prudente que se fizesse uma *Cabocla*, representando Catharina Paraguassú e desaparecesse o *Caboclo*. (grifo do autor).⁵⁴

O argumento não vingou e houve manifestações de desagrado. Ambas as figuras marcam presença nos festejos, guardadas em um barracão, e posteriormente no pavilhão construído pelo IGHB, também na Lapinha, ponto de partida do cortejo e de retorno dos respeitados emblemas (Figura 4 e 5).



Figura 4 (à esquerda). Pavilhão 2 de Julho, bairro da Lapinha, Salvador/BA. Figura 5 (à direita). Saída do cortejo na Lapinha.

Fonte: Pavilhão 2 de Julho.⁵⁵

No curso do processo histórico, as celebrações sofreram algumas mutações. Em 1919, por exemplo, os caboclos não participaram do cortejo cívico.⁵⁶ Se foi espontâneo na origem, não tardou a ficar sob controle. Ou seja, nas mãos de interferências oficiais, o que quer dizer monitorado para dirimir possíveis turbulências e, também, no período imperial, combater o antilusitanismo, rebatido pela resistência cultural da população.⁵⁷ Dilton Araújo nos diz que as

manifestações do 2 de Julho serviram de palanque para disputas políticas e dependeu da correlação das forças em cada momento histórico, o que as levaram a assumir um “perfil mais ou menos comportado”, bem como evidenciou os interesses dos grupos políticos no manejo de símbolos tão caros à história da Bahia.⁵⁸

É preciso salientar que o *mais ou menos comportado* refere-se ao popular, responsável pela *algazarra nas ruas*, com manifestações religiosas (no sentido do Caboclo e a Cabocla e divindades do Candomblé) e profanas, momento para sair e festejar. Wlamyra Albuquerque cita para o período republicano a existência de barracas de jogos, fogos, bebidas e comidas colocadas em vários pontos da cidade, parques armados nas praças do Terreiro de Jesus e do Campo Grande, desfile de automóveis e pranchas, samba bem próximo aos caboclos, ornamentação nas janelas nas casas, flores lançadas sobre o cortejo e, em paralelo, conferências no IGHB, discursos de alunos da Faculdade de Medicina ou Escola Normal, além de bailes públicos ou reservados. A inauguração em 1895 do monumento comemorativo da data no Largo do Campo Grande se tornou o ponto final do cortejo, atravessando a conhecida Avenida Sete — a “vitrine das reformas urbanas” empreendidas no governo de J. J. Seabra na década de 1920. O “civismo festivo” destoando dos padrões de civilidade e patriotismo esperado pela República fez com que o IGHB e outras instâncias privadas ou públicas, se envolvessem para impor disciplina ao que era visto como uma desordem bem próxima ao carnavalesco. Enquanto discutia-se sobre aqueles que seriam os legítimos participantes nos festejos, nos bairros periféricos grupos de moradores faziam seu próprio 2 de Julho.⁵⁹ Embora nosso foco aqui vise a destacar aspectos do rito cívico, e com mais detalhes a exposição de produtos no conjunto da programação oficial do 2 de Julho de 1923, faz-se necessário constar que a questão do “depurar” o 2 de Julho das formas originais não é de menor importância, uma vez que toca nas manifestações postas à margem, principalmente as do povo negro, refletindo-se nos anos seguintes a 1838. O que se deu, portanto, ainda no período provincial, na postura das autoridades e da imprensa conservadora que eliminava o conteúdo racial,⁶⁰ expandindo-se para o período aqui tratado.

A disputa simbólica e o reconhecimento do 2 de Julho para o nacional. Dos programas oficiais para as celebrações centenárias. Um museu e os motivos da mostra de produtos baianos em 1923

O emprego do pronome *nosso* — quer para o 7 de Setembro quer para o 2 de Julho —, tão simetricamente emparelhados nas alegorias do *A Manhã* de 1920, anteriormente

comentadas, talvez sugira o mesmo peso celebrativo para uma e outra data. No entanto, pelas razões históricas e culturais já expostas, vimos que a balança pendia mais para a Bahia, o 2 de Julho. Já o dissemos também, remetendo à Dilton Araújo, que o lugar de disputa das comemorações do centenário se deu no simbólico; foi assim em 1922 e 1923.

O campo do simbólico de acordo com Pierre Bourdieu,⁶¹ manipula a dominação e a integração fictícia. Ocorre que em determinadas ocasiões se constituem os *ritos de instituição*, os quais, através de solenidades, legitimam a sutil linha divisória com força de representação que, infiltrada na ordem social, consagra as diferenças; “instituir é consagrar” sintetiza.⁶² Mesmo sem esmiuçar muito, reflexos desses mecanismos podem ser captados na programação oficial, revelando a constância dessa linha divisória distintiva, definindo a quem os festejos eram preferencialmente dirigidos em decorrência do posicionamento das elites da época — se sobrepondo, por exemplo, às dificuldades internas da Bahia, como no caso do atraso do pagamento dos funcionários públicos.⁶³ Analisando os festejos centenários do ponto de vista oficial, vale ao menos assinalar que a mesma linha divisória surge escamoteada nas chamadas aparentemente abertas para que *todas as classes* participassem das festividades programadas e divulgadas em jornais. O que acaba por encobrir o filtro seletivo (ou a linha divisória, segundo Bourdieu) em vigor na hierarquia social, reforçando as tramas sub-reptícias do jogo simbólico. Queremos dizer com isso que a compreensão de quem seria povo nesses eventos, fica por conta da visão das elites e, na prática, de quem podia participar.⁶⁴

Voltemos à Bahia em 1920 e à disputa simbólica para o reconhecimento do 2 de Julho como feito nacional. Enquanto notícias eram divulgadas tratando dos planos para as celebrações futuras do centenário no Rio de Janeiro, apresentando também críticas contra o governo de Epitácio Pessoa,⁶⁵ o 2 de Julho — “reminiscência belíssima”⁶⁶ — era lembrado com sentimentos nostálgicos e olhos no passado, o que confirma as flutuações que sofreu ao longo do tempo. Pela imprensa, tratava-se da “segunda época da nossa história” no reviver da festa nacional (aqui se referindo à data magna da Bahia), um dia que não poderia passar de modo singelo, diz o jornal, e oportunidade para não abandonar as antigas tradições, enfeitar as casas e integrar o comércio ao evento, justo quando que se alastrava a campanha nacionalista pelos Estados do Brasil.⁶⁷

Apesar da ênfase no mês de julho para os baianos, o 7 de Setembro era o dia para “sempre” ser lembrado, com elogios a Pedro I, o caminho para a ordem e progresso. Ou seja, uma celebração não excluía a outra, agrupando, sob a legenda do cívico, extensa programação na Bahia: passeatas e discursos em praças públicas, alunos de colégios declamando o Hino Nacional, missa em quartel seguida de demonstrações de ginástica e assim por diante. O

jornal não explicita se abertos ou não ao público. Mas, não é difícil supor que o chá dançante a se realizar à tarde nos salões do “simpático e elegante” Club Euterpe⁶⁸ visasse mais os sócios e convidados. Da mesma forma que deveriam ser mais restritas as solenes seções literárias (ou literárias e musicais) em associações particulares, as conferências por oradores do IGHB ou a reunião “cívico-religiosa” no Templo Presbiteriano, enunciada na programação em “Outras festas”. Para recreação da população, nas praças iluminadas, a apresentação de bandas de música tocando repertórios para divertir o público.⁶⁹ Não deixa de ser curiosa a publicidade do Teatro São João oferecendo espetáculos de gala a preços diferentes para adultos e crianças, porém, contando com “assistência do elemento oficial, bandas de música e ornamentações”, iniciados com o Hino Nacional em comemoração à Independência,⁷⁰ transformando o anúncio em propaganda ideológica.⁷¹

Poucos dias depois, ainda em 1920, tem-se a notícia de que a Câmara Federal aprovava o projeto para promover a comemoração do Centenário da Independência Política do Brasil. O decreto nº 2 promulgava o “critério de preferência para realização da Exposição Nacional na capital da República”, dirigido a empreendimentos de utilidade permanente ou que atendessem às reconhecidas necessidades públicas e o que fosse melhor e de contribuição para esse objetivo.⁷² O decreto e o critério de preferência indicam o grau de relevância que assumia a realização da exposição e o que apresentar em uma data tão representativa para o país. Para responder a esse critério, a Bahia, em 1922, empenhou esforços de modo a enviar os mais diversos produtos regionais à grandiosa exposição e deles se utilizará para mostrar o desenvolvimento para os próprios baianos em 1923.⁷³

Em 1922, às vésperas dos festejos do 7 de Setembro no Rio de Janeiro, assinalamos anteriormente que o Brasil estava em “reboição”, recepcionando desde comitivas estrangeiras ou brasileiras aos modestos pescadores nortistas, recebidos pelas senhoras da sociedade carioca dedicadas ao Patronato dos Pescadores.⁷⁴ Na programação, além do tradicional *Te Deum* da igreja católica, das paradas militares e do cantar do *Hino Nacional*, as mais diversificadas apresentações compunham o conjunto eclético de distrações da festa, como as de companhias líricas e competições esportivas organizadas em olimpíadas.⁷⁵ Muito se esperava da Exposição Nacional, aguardada como grande feito comemorativo da emancipação política brasileira.⁷⁶

Não obstante o relevo para os festejos do 7 de Setembro nacional, dias antes, o jornal *O Imparcial* lança, em primeira página, a rememoração da luta dos baianos — a da Libertação na Bahia — contra o general Madeira de Mello.⁷⁷ A Bahia se empenhava em incorporar a data

marcada pelas lutas ocorridas — as perdas e vitórias — ao “panteão histórico das glórias nacionais”;⁷⁸ o mote dos discursos sobre o 2 de Julho, em particular em 1922 e ano seguinte.

Observe-se a edição especial da *Revista Cívica*, relembrando o primeiro centenário do 2 de Julho e comemorativa do 7 de Setembro, lançada em setembro de 1923. Na capa, a composição de vários símbolos e datas em mescla do Império e da República: *O Grito* de Pedro Américo; o brasão do Estado da Bahia (ladeado pelo dístico “13 de maio de 1888”) e o da República (ladeado por “15 de novembro de 1889”) (Figura 6).⁷⁹ Embora haja a conjugação de tempos históricos sobrepostos no texto de abertura, abaixo do quadro de Pedro Américo e “Bahia 7 de setembro”, lê-se que foi ao custo do sangue baiano que a nação assim se tornou por direito — “Festejando hoje o grito do Ipiranga, devemos não nos esquecer que ele só foi completo meses depois, pelo heroísmo dos patriotas de 2 de Julho de 1823”.



Figura 6. Capa da *Revista Cívica*, Ano XVIII, nº 46 Bis e 47, 1923.
Fonte: Seção de Jornais, Biblioteca Pública do Estado da Bahia

Na *Revista Cívica* o patriotismo da Bahia era retomado a cada página em meio a uma profusão de publicidades do comércio e de produtos locais ou regionais. Nas páginas

impressas convivem opúsculos biográficos e retratos de personalidades baianas do passado ou daquele presente, a reprodução da letra do *Hino ao 2 de Julho*, a imagem do General Labatut, relatos sobre o heroísmo das vilas baianas nos embates contra portugueses, episódios da independência e assim por diante. A legenda da fotografia ao monumento no Campo Grande expressa, uma vez mais, a requisição pelo reconhecimento desejado para o 2 de Julho: “É um belo monumento (...), mostrando ao mundo a gratidão *nacional*” (grifo nosso).⁸⁰ O grito do Ipiranga fora a “primeira estrofe da grande epopeia” que ecoou na Bahia que o respondeu com a bravura de “homens que tinham jurado – vencer ou morrer”.⁸¹

Nessa conjuntura de embate simbólico, poderíamos perguntar o porquê de uma exposição no programa — Das festas oficiais comemorativas do Centenário da Redenção da Bahia — em Salvador, iniciado em 1º de Julho até dia 8 de Julho de 1923?

Antes de procurar responder a essa questão, convém localizar os sentimentos das elites baianas em relação à República para melhor entendimento da importância da mostra de produtos baianos na exposição de 1922 no Rio de Janeiro, replicada em Salvador no ano seguinte.

As elites baianas na República se viram ladeadas, por um lado, por certa marginalização do Estado e, por outro, pelas expectativas otimistas em recobrar antigas grandezas recuperadas em argumentos de continuidade. Razão para a vontade de “ressuscitar a história”, fonte de inspiração e modelo de ação para aquele presente, compondo o discurso identitário de união. Era preciso agir na prática, pensando nas singularidades dos baianos, nas *qualidades subjetivas (ou espirituais) da terra*, nas potencialidades e riquezas, em vantagens econômicas que os bens naturais poderiam trazer, o que não deixa de ser também fator político (grifo nosso).⁸² Com efeito, exaltar as qualidades como o estatuto privilegiado da exuberante natureza, do solo e da indústria da Bahia, vinha bem a calhar com a apresentação dos produtos nas exposições, bem como participar da instalação mais permanente do Museu Comercial e Agrícola no Rio de Janeiro,⁸³ aproveitando os mostruários enviados pelos Estados para a Exposição Internacional de 1922, sugestão de Miguel Calmon, ministro da Agricultura e patrício baiano.⁸⁴

Se a participação da Bahia nas mostras nacionais de intenção internacional (caso das exposições de 1908 e 1922) era a de reabilitar a Bahia no cenário nacional, a glorificada exuberância e o progresso encontraram nas festividades de 1923 o momento ideal para reforçar no 2 de Julho, o melhor da produção baiana para os próprios baianos.⁸⁵

A Bahia em exposição (1908 e 1922)

As exposições de produtos com evidentes objetivos comerciais e, igualmente, fins pedagógicos e de propaganda ideológica se impuseram, desde o ano de 1851, com a Exposição Internacional de Londres, na esteira da Revolução Industrial. Consideradas espetáculos da modernidade burguesa, se tornaram eventos regulares em grandes celebrações públicas de caráter cívico ou não. A exposição, como recurso, tornou-se praticamente paradigma da modernização, chegando ao Brasil com a primeira participação em evento internacional em 1862 em Londres.⁸⁶ Desde a condição de província para a de estado, muitas regiões brasileiras criaram eventos locais selecionando produtos para as mostras nacionais e, destas, para as internacionais. Assim, do Império à República, com o impacto gerado pelas exposições, os brasileiros familiarizavam-se com essa forma de festividade, interessados em se incluir ou, ao menos, na dupla oportunidade: a de sentir *frisson*, desfilando pelas áreas do evento e entre os pavilhões usufruindo dos mais variados divertimentos, ou para conhecer as novidades, principalmente as de arte e técnica (o que incluía as da indústria).

As exposições durante a Primeira República, palcos de representação dos estados federativos, foram bastante concorridas e movimentaram o país. No caso da Bahia, muito da motivação decorreu do interesse em demonstrar a centralidade baiana perante a identidade histórica nacional. Em 1908, por exemplo, a Bahia se apresentou com pavilhão próprio na grande Exposição Internacional da Abertura dos Portos às Nações Amigas, no Rio de Janeiro, aproveitando a ocasião para aludir a união entre os indígenas e os portugueses através do casamento da índia Catarina Paraguassú com Diogo Álvares, náufrago lusitano (apelidado Caramuru), simbolizando (e reforçando) o mito de origem do estado brasileiro em terras baianas. Quanto à dimensão comercial, além do material exposto dado a ver, o catálogo, publicação impressa fundamental para divulgação mais dirigida a interessados, descrevia as potencialidades na propaganda positiva da Bahia — fertilidade do solo, clima, produtos alimentícios de exportação, estatísticas populacionais, composição étnica da população, serviços públicos disponíveis dentre outros aspectos —, visando atrair investimentos financeiros.⁸⁷

Já na exposição de 1922 (a nacional do Centenário da Independência), aberta com discurso do Presidente Epitácio Pessoa, o Brasil toma o lugar proeminente — terra de lutas pela defesa e justiça.⁸⁸ Os objetivos da exposição eram o de celebrar o país, festejar a República e, do ponto de vista prático, expor produtos, serviços e artes diversas, além de estabelecer parcerias políticas e comerciais, mostrando ao mundo que o Brasil trilhava um

caminho seguro rumo ao desenvolvimento. A Bahia partilhava das mesmas estratégias e, em solo soteropolitano, preparava a antecedente apresentação do mostruário “rico e variadíssimo” (nele as seções de madeiras e minérios), com visitação franqueada, e inaugurada ao som da banda de música da polícia, no Palácio Rio Branco.⁸⁹ Anunciava o jornal *O Imparcial* que, de Canavieiras, Cachoeira, Ilhéus e Camamú, chegavam volumes e mais volumes para a exposição,⁹⁰ reencaminhados pela Comissão de Representação da Bahia para o Rio de Janeiro que, pela altura do mês de agosto, se aproximavam de 3.278 amostras de produtos, sem contar outros do interior.⁹¹

A exposição do centenário no Rio de Janeiro, mostra monumental e considerada a “mais feliz das ideias”, para comemorar o primeiro século de nacionalidade, oferecia o melhor do Brasil para o mundo; atestado de capacidade no comércio, na indústria, nas artes e nas ciências. Nesse enquadramento, os produtos baianos foram expostos no Palácio das Pequenas Indústrias,⁹² quando se avaliava que a maioria deles era desconhecida e a comercialização poderia contribuir para o aumento de fontes de renda.⁹³

O programa festivo da Redenção da Bahia. A Exposição em Salvador, 1923

O governador do Estado, José Joaquim Seabra (1855-1942),⁹⁴ informou em uma mensagem à Assembleia Legislativa da Bahia que o Estado acompanharia todas as festas do 7 de Setembro lembrando 1822, mas que comemoraria também o fim da campanha libertária de 1823 e, para isso, haveria uma proposta de programação própria para os baianos. O governante expressa na mesma mensagem o desejo — e de todos os baianos — de que “todas as festas nacionais comemorativas da Independência fossem feitas nesta Capital [cidade do Salvador]”, para as quais os governos federal e estadual deveriam se unir. Desse ponto de vista, não seria despropositado torná-la a capital provisória do Brasil durante as festas comemorativas do centenário, hospedando altas autoridades dirigentes do país e erguendo monumentos à memória dos heróis baianos que legaram a pátria livre. Quando nessa data os olhares de convidados estivessem voltados para a Bahia era preciso apresentar os “vastos celeiros criados pelas suas terras inimitáveis”, razão para uma grande exposição de produtos.⁹⁵

Assinala-se que, a princípio, foi sugerida uma Exposição Luso-Brasileira,⁹⁶ com vistas a estabelecer a comunicação entre Portugal e a “primogênita do Brasil”, e com interesses muito práticos como o de tornar mais conhecido o norte do país e, ao mesmo tempo, os progressos da indústria portuguesa, inaugurando uma “nova era de transações entre a Bahia e o velho Portugal”.⁹⁷ No entanto, a proposta não avançou.⁹⁸

Com efeito, o programa das festas oficiais comemorativas do Centenário de Redenção da Bahia, em título impresso, definido pelo governo do Estado, pretendeu integrar-se aos festejos centenários da Independência do Brasil ocorridos no Rio de Janeiro,⁹⁹ porém, um ano após, em 1923 considerando o 2 de Julho. Os eventos, distribuídos por oito dias seguidos e organizado em horas, incluíam extensa programação prevista¹⁰⁰ ou preparada com fins celebrativos.¹⁰¹ No dia 1º de julho, a missa campal abria os eventos às 8:00h da manhã e, logo à tarde, às 13:00h, a inauguração da Exposição de Produtos Baianos no Palácio Rio Branco, então sede do governo,¹⁰² em “cerimônias de estilo”.

Parte dos produtos enviados para o Rio de Janeiro retornou à Bahia¹⁰³ e foram ambientados às salas do palácio,¹⁰⁴ subdivididos em seções e mesclados a agrupamentos por certa similaridade tipológica, orgânica e ou funcional. Genericamente, foram separados¹⁰⁵ nos seguintes campos:

- . Alimentação - cereais, plantas medicinais, resinas, óleos e plantas oleoginosas (Figura 7); farinhas, féculas, massas alimentícias, café e cacau.
- . Artes mecânicas - minérios, metalurgia, mecânica e joalheria.
- . Artes químicas - farmacêuticas e perfumarias.
- . Construções - alvenaria, cantaria e cimento armado; cerâmica e ladrilhos.
- . Curtume - couros, peles, calçados e artigos de viagem.
- . Fumo e indústria do fumo.
- . Impressos, fotografia e música - tipografia, encadernação, fotografias e instrumentos de música.
- . Trabalhos em madeira e ferro - madeira pintada e borracha; móveis de madeira e ferro.
- . Vestuário - modas, confecções, prendas e bordados.
- . Várias indústrias e, mais próximo das ciências, o campo de experiências e demonstrações Antonio Moniz (Figura 8),¹⁰⁶ e a estatística agrícola, industrial e comercial (Figura 9).



Figura 7. Seção de cereais, plantas medicinais, resinas, óleos, plantas oleaginosas.
Fonte: Acervo do IGHB. fot3819.

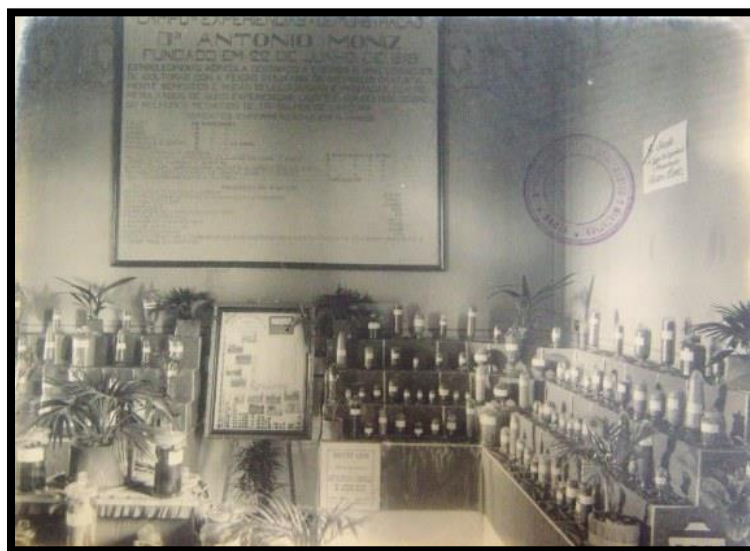


Figura 8. Seção do Campo de experiências e demonstração Antonio Moniz.
Fonte: Acervo IGHB fot3797.

Encabeçada pela fotografia do Palácio Rio Branco, a *Revista Cívica* informava que foram mais de 200 mil visitantes (de 2 a 8 de Julho), que saíram da exposição com a certeza da produtividade dos baianos e da Bahia de “progridimento notável, a esforços próprios”, ou seja, conquista local sem o braço do imigrante. Algo importante para a Bahia alçar ao “seu verdadeiro posto”.¹⁰⁷ E já era possível demonstrar este progresso através de quadros estatísticos produzidos pelo Serviço de Estatística, Agrícola, Industrial e Comercial¹⁰⁸ que deveria, de acordo com o engenheiro Gratulino Mello, contar com a colaboração de

industriais, agricultores e comerciantes.¹⁰⁹ Para a exposição no Rio de Janeiro foram preparados mais de 120 quadros constando o perfil econômico e produtivo do Estado da Bahia, depois apresentados em Salvador (Figura 9).¹¹⁰

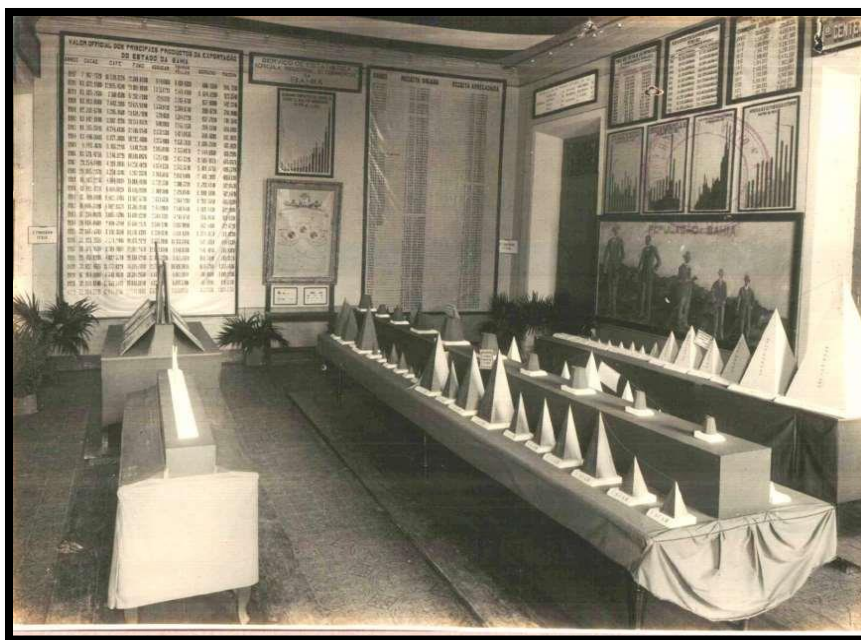


Figura 9. Seção de Estatística Agrícola, Comercial e Industrial, Palácio Rio Branco, 1923. No primeiro plano, as volumetrias e, nos quadros, valores e outros dados sobre o comércio, a produção agrícola e industrial da Bahia. Fonte: Acervo IGHB fot3803.

Aspecto curioso se passou em relação à quantidade de pacotes com cascas, sementes e folhas, que chamaram a atenção do representante do *Diário de Notícias*. O engenheiro Gratulino Mello explicou: representa “a medicina popular do S. Francisco”, remédios para diferentes curas, que fazem parte da medicina sertaneja.¹¹¹

De todo modo, quer os números apresentados nos quadros estatísticos, quer os pacotes com material relativos à medicina popular ou outros tantos produtos colocados à mostra, o objetivo maior da exposição (essa e outras) era ilustrar o crescimento linear e ascendente da dimensão econômica e as possibilidades de progresso material para investimentos futuros na economia do Estado da Bahia, pensando-se nas matérias-primas e na exportação. Aliás, de modo geral, uma das tendências dessas exposições era a apresentação didática como meio de convencer os visitantes das grandes possibilidades financeiras que todas as sociedades deviam seguir; premissa válida para a Bahia. Como dito anteriormente, expor produtos e materiais já se tornara parte das grandes celebrações públicas. Nesse particular, as diferenças entre a exposição baiana em Salvador e aquelas que o Estado levou ao Rio de Janeiro para as celebrações nacionais se estabelecia apenas na proporção dos eventos, no número dos

expositores e dos produtos. Apesar de mais modesta, os credos desse tipo de exibição se mantinham, voltadas ao protagonismo baiano visto que não existiam outros Estados expositores e a Bahia compôs o espetáculo para si e para o resto do país, reivindicando seu valor como praça de oportunidades, pronta a receber investimentos e pessoas interessadas em trabalhar.

Três anos depois, em 1926, o governador Francisco Marques de Góes Calmon, relembra os festejos cívicos de 1923 e se declara honrado de ter recebido a flotilha da Marinha de Guerra do Brasil que viera trazer, em nome do presidente Arthur Bernardes (de 1922 a 1926), as “homenagens do país, à grande e gloriosa data de 2 de Julho”. Na apreensão de Góes Calmon, era o reconhecimento do 2 de Julho pelo país inteiro representado pela Marinha de Guerra.¹¹²

Considerações finais

Procuramos seguir um roteiro que trouxesse elementos para demonstrar o significado identitário da Bahia através do 2 de Julho que, se legitimado pelas programações oficiais, as oficiosas não o fizeram por menos, nem tampouco os festejos populares, tornando a data continuamente lembrada pelo orgulho da luta envidada em defesa da autonomia do Brasil e, não por um grito como o disse Braz do Amaral. Nessa conjuntura, é com a valorização das qualidades que os baianos relembram o protagonismo de 1823, com destaque para os heróis e heroínas, e, com o “civismo festivo”, a mescla do patriotismo e fé representada nas honradas figuras do Caboclo e da Cabocla.

Se as festividades oficiais para o 7 de Setembro não eram deixadas de lado — até porque havia um posicionamento perante o governo federal —, o 2 de Julho prevalece, fazendo com que a ambivalência praticamente se dissolvesse pelo peso dos feitos locais e regionais, e pelo empenho em demonstrar a centralidade baiana como que a frente na identidade histórica nacional. Não sem razão, as festas oficiais de 1923 levaram à legenda da *Redenção da Bahia*, e o governador J. J. Seabra entende que os olhares dos convidados a ela estariam voltados.

A exposição, denominada como “Verdadeira emancipação” no Centenário da Independência na Bahia, reforça a dimensão política, assim como segue as metas de mostras com as características vinculadas ao modo capitalista voltado para o consumo de massa, propagando discursos otimistas sobre o progresso e o trabalho em pedagogia nacionalista e de moral burguesa — e, assim de interesse das elites. Ao mesmo tempo, apresenta fins bem práticos e, à época, necessários, no sentido de reabilitar a posição da Bahia no cenário

econômico nacional e, mesmo no cenário interno, regional; motivação para replicar a mostra de 1922 na cidade do Salvador no momento ideal do 2 de Julho. Dar a ver o melhor da produção baiana para os próprios baianos significava o estabelecimento de parcerias comerciais, propaganda de produtos e serviços e captação de recursos materiais e humanos. Mesmo em meio a tantas e variadas festividades, a exposição ocorreu, guardando fidelidade ao credo geral das exposições, mostrando a produção fértil e variada das terras da Bahia.

A luta simbólica entre os dois centenários, como explicitada através dos jornais, dos discursos políticos e dos eventos preparados, mostra a Bahia na Primeira República construindo a epopeia de fundação, seu mito de origem. Uma epopeia que reivindicava o reconhecimento nacional da história regional, das lutas travadas em solo baiano pela Independência Nacional, do sangue derramado dos heróis desconhecidos do panteão cívico brasileiro.

Notas

¹ “A Comemoração do 2 de Julho”. *A Manhã*, 10 Jun. 1920. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em: memoria.bn.br/DocReader.aspx?bib=720151&Pesq=centenario%20independ%c3%aancia%20na%20bahia&pagfis=252. Acesso 10 Out. 2021.

² Ladislau dos Santos Titara, militar, é o autor da letra do *Hino ao 2 de Julho*. A música é de José dos Santos Barreto.

³ “Afrontando as ondas do mar. Os pescadores bahianos vão partir para o Rio”. *Diário de Notícias*, 05 Set. 1922. Biblioteca Central do Estado da Bahia.

⁴ O jornal *O Imparcial*, fundado em 1918 por Lemos Britto (jornalista); defendeu a candidatura de Rui Barbosa à Presidência da República; passou por dificuldades financeiras parando de circular por meses em 1928, voltando no ano seguinte. Teve vários proprietários (em 1933 passou para a Companhia Editora e Gráfica da Bahia, propriedade do político e industrial baiano Álvaro Martins Catharino); considerado importante representante da imprensa local em coberturas do cotidiano da cidade do Salvador, acontecimentos do Estado da Bahia, Brasil e mundo. Dados extraídos de: FERREIRA, Laís Monica Reis. “O integralismo na imprensa da Bahia: o caso de *O Imparcial*”. *Revista de História Regional*, 11(1), Verão, 2006, p. 53-86. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2849/1/1704.pdf>. Acesso em 10 Nov. 2021.

⁵ A página central vem ilustrada com desenho (representação de personagens históricos, dentre eles Tiradentes, José Bonifácio, Pedro I), de autoria de certo R. Aguiar - clichê de Photo-Lindemann. *O Imparcial*, 07 Set. 1922. Seção Jornais, Biblioteca Central do Estado da Bahia.

⁶ Manoel de Oliveira Lima, pernambucano (1867-1928), historiador, intelectual, diplomata brasileiro em vários países.

⁷ “Mata marinheiro!”. *A Manhã*, 25 Ago. 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720151&Pesq=O+centenario&pagfis=497>. Acesso em: 09 Nov.2020.

⁸ A Manhã, 30 Jul. 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720151&Pesq=O+centenario&pagfis=622>. Acesso em: 09 Nov. 2020.

⁹ *Diário de Notícias*, Bahia, 06 Jul. 1922. Seção Jornais, Biblioteca Central do Estado da Bahia.

¹⁰ Em meio à euforia, a destruição do Morro do Castelo, levando ao desaparecimento da primitiva cidade do Rio de Janeiro não passou despercebida como em “A cidade para o Centenário: o Rio e o arrasamento do Morro do Castelo” (assinado A. Moitinho Doria). *A Manhã*, 28 Jan. 1921. Hemeroteca BN. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720151&Pesq=O+centenario&pagfis=998>. Acesso em: 12 Nov. 2021.

¹¹ Ver CUNHA, Cinthia da Silva. [...] *a Bahia se mostrará digna do renome que a cerca: Exposições na Primeira República (1908, 1922 e 1923)*. Tese de doutorado. PPG/Historia/UFBA, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/31278/1/CUNHA%2c%20Cinthia%20tese%20final.pdf>.

¹² *Diário de Notícias*, Bahia, 31 Ago. 1922. Seção Jornais, Biblioteca Central do Estado da Bahia.

¹³ A Comissão Executiva da Comemoração do Centenário da Independência (criada pelo decreto nº 4.175, de 11 Nov. 1920) integrava a estrutura do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, constituída pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, ministro da Agricultura, Indústria e Comércio e prefeito do Distrito Federal, vinculada diretamente ao presidente da República. Responsável pelo programa das comemorações, incluída a exposição internacional. Comissão Executiva da Comemoração do Centenário da Independência (Brasil). Arquivo Nacional/DIBRARQ - Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/comissao-executiva-da-comemoracao-do-centenario-da-independencia-brasil-1920>. Acesso em: 12 Nov. 2021.

¹⁴ Informe sobre o recebimento do telegrama enviado pelo ministro da Justiça, Ferreira Chaves (03 Set. 1921 a 15 Nov. 1922) ao governador da Bahia. “Nas escolas primárias do país. Como será festejado o dia do Centenário”. *Diário de Notícias* Bahia, 19 Jul. 1922. Seção Jornais, Biblioteca Central do Estado da Bahia.

¹⁵ Dilton Araújo inclui os momentos marcantes da trajetória política da Bahia além do 7 de Setembro: o 2 de Dezembro, correspondente ao nascimento do imperador Pedro II; o 23 de Julho, data da Maioridade; o 16 de Março, derrota da Sabinada; e o 7 de Novembro instalação do governo rebelde na Cidade do Salvador em 1837. ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *O Tutu da Bahia. Transição conservadora e formação da nação. 1838-1850*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 247 e ss.

¹⁶ A figura feminina como alegoria cívica foi utilizada após a proclamação da república francesa (1792), cuja inspiração advém de Roma, e a mulher representando a liberdade, em pé, com roupagem “à moda romana”. Entrou para a história em telas de artistas — pintores, gravuristas, caricaturistas, escultores — por vezes positivistas. José Murilo de Carvalho explica que, o imaginário, embora manipulável demanda raízes e na razão direta de “terreno social e cultural”. Ver CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 75 e 89 (grifo nosso). Para Lilia M. Schwarcz (1998, p.465-494), com a República respondendo pela modernidade, os símbolos dos tempos do império foram alterados e, também, as festas escolhidas como nacionais. A figura da mulher heroica, aludindo à alegoria francesa para a República, angaria espaço; no entanto, fracassou mesmo na versão positivista em franca e não aleatória manipulação simbólica. Ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed., 1998.

¹⁷ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720151&Pesq=centenario%20independ%20ancia%20na%20bahia&pagfis=9>. Acesso em: 10 Nov. 2021.

¹⁸ SENA, Consuelo Pondé de. “O múltiplo Bernardino José de Souza”. In: *Bernardino de Souza: vida e obra* (org Consuelo Pondé de Sena). Salvador: Quarteto Editora, 2009, p. 11-16.

¹⁹ “O centenário da Independência”. *A Manhã*, 08 Abr. 1920. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720151&Pesq=centenario%20independ%c3%ancia%20na%20bahia&pagfis=9>.

²⁰ KRAAY, Hendrik. “Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador, século XIX. *Afro-Ásia*, nº 23. Centro de Estudos Afro-Orientais da FFCH/UFBA, 1999, p. 52. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20979/13581>.

²¹ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *Algazarra nas ruas. Comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

²² LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A rainha destronada. Discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

²³ Antes de 1822 ocorreram lutas rebeldes para emancipar a colônia (Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco), porém, desarticuladas, sem força para contestar e estruturar a nação. Sobre o tema consultar ARAÚJO, Op. cit.

²⁴ Segundo o historiador João José Reis, a elite, desde tempos coloniais, não pode ser vista como bloco monolítico pelas diferentes tensões que a atravessavam. Consultar “A elite baiana face aos movimentos sociais na Bahia (1824-1840)”. *Revista de História*, USP, 1976, v. 54, nº 108. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/105679/104403>. Acesso em: 26 Dez. 2021.

²⁵ TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Ed. da UNESP, 11^a ed. rev. e ampl; Salvador: EDUFBA, 2008.

²⁶ A transferência de Salvador para Cachoeira como capital do Estado por um dia acontece desde 2007, sob a lei nº 10.695/07. O ato destaca a importância do município nas batalhas travadas pela conquista da independência do Brasil, que tiveram início no dia 25 de junho de 1822. Disponível em: <http://www.conselhodecultura.ba.gov.br/2019/06/566/Cidade-de-Cachoeira-e-capital-da-Bahia-e-sede-do-governo-por-um-dia.html>. Acesso em: 26 Dez. 2021.

²⁷ Ver GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. *O povo e a guerra: participação das camadas populares nas lutas pela Independência do Brasil na Bahia*. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA, Programa de Pós- Graduação em História, 2004, p. 22-23.

²⁸ Alguns desses batalhões ficaram conhecidos: Companhia dos Caçadores de Santo Amaro; Voluntários da Vila de São Francisco; Periquitos — “por causa da farda” —; e Voluntários do Príncipe Dom Pedro (a heroína Maria Quitéria de Jesus participou da guerra; foi depois agregado ao Exército como Batalhão dos Caçadores. Ver TAVARES, Op. cit., p. 239-240. Sobre a revolta dos Periquitos consultar REIS, João José & KRAAY, Hendrik. “‘The tyrant is dead!’ The revolt of the Periquitos in Bahia, 1824”. *Hispanic American Historical Review*, 2009, p. 399-434.

²⁹ Hendrik Kraay discute o recrutamento de escravos durante o período da guerra (1822 até julho de 1823) e os conflitos com os senhores de engenho da região do Recôncavo. A queda de Labatut como comandante das forças patrióticas em maio de 1823 deu fim às iniciativas do recrutamento dos escravos para as lutas de Independência. Ver KRAAY, Hendrik. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos: o ‘recrutamento’ de escravos na guerra da Independência na Bahia”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2002, v. 22, nº 43, p. 109-126. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/gzWDrctmgTZYvJCTJD6JqQF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 Fev.2021.

³⁰ AMARAL, Braz do. *Ação da Bahia na obra da independência nacional / Braz do Amaral*. Salvador: EDUFBA, 2005. Co-edição da Universidade do Estado da Bahia e da Universidade Federal da Bahia. Fac-simile de *Ação da Bahia na obra da independência nacional*. Salvador: Comissão Executiva do Centenário da Independência (Bahia), (19--), p. 15.

³¹ Disponível em: <http://www.fpc.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=232>. Acesso em: 10 Out. 2021.

³² Chafarizes, sobrados, casas de câmara, cadeias e outras edificações que serviram de ponto de encontro, de prisões ou pausas de restauração para as tropas são parte do patrimônio edificado que pode ainda ser visitado na região.

³³ Luiz H. Tavares cita membros das seguintes vilas: Santo Amaro, Cachoeira, São Francisco do Cibde, Jaguaripe; Maragogipe; Inhambupe; Pedra Branca; Abrantes; Itapicuru; Valença; Água Fria; Jacobina; Marau; Rio de Contas; Camamu; Santarém; Cairú. Ver TAVARES, Op. cit., p. 238.

³⁴ TAVARES, Op. cit., p. 232-249.

³⁵ MOURA, Milton. “Lembranças sobre o Caboclo Eduardo em Itaparica”. *X Encontro Nacional de História Oral. Testemunhos: história e política*. Recife: 2010, p. 1. Disponível em: https://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1269181897_ARQUIVO_Textocompl etoMiltonMoura.pdf. Acesso 10.11.2021.

³⁶ BARROS, Francisco Borges de. *Archeologia e Historia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1928, p. 288.

³⁷ Sobre Oséas Alves dos Santos, consultar seu verbete no *Dicionário Manuel Querino de Belas Artes*. Disponível em: <http://www.dicionario.belasartes.ufba.br/wp/verbete/oseas-alves-dos-santos/>. Acesso em: 10 Nov. 2021.

³⁸ Correspondência para Theodoro Sampaio (então presidente do IGHB), 23 Ago. 1923, Arquivo do IGHB, caixa 09, doc. 58, maço solto.

³⁹ Para Dilton Araújo (Op. cit., p. 25), Braz do Amaral priorizou nos seus relatos o fazer historiográfico do período, as realizações dos sucessivos governos e as referências a personalidades, destacando as inovações, os avanços econômicos, aspectos base do discurso historiográfico incorporado por diversos estudiosos.

⁴⁰ AMARAL, Op. cit., p. 14.

⁴¹ Disponível em: <http://www.fpc.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=232>. Acesso em: 10 Out. 2021.

⁴² TAVARES, Op. cit., p. 240-241.

⁴³ “Glória aos heróis de 1823. A epopeia de Cabrito e Pirajá”. *O Imparcial*, 02 Jul. 1922. Seção Jornais, Biblioteca Central do Estado da Bahia.

⁴⁴ SILVA, Marcelo Renato Siquara. *Independência ou morte em Salvador: O cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823)*. Dissertação de mestrado. Salvador: PPG História/FFCH/UFBA, 2012, p. 10. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11617>. Acesso em: 10 Nov. 2021.

⁴⁵ De acordo com Marcelo Renato Siquara, na madrugada do 2 de Julho de 1823, deu-se o embarque de 4.520 pessoas (civis e militares), deixando Salvador em 83 embarcações. Ver SILVA, Marcelo Renato Siquara. *A cultura letrada na Bahia (1821-1823): a experiência da independência brasileira*. Tese de doutorado. Salvador: PPG de História/FFCH/UFBA, 2018, p. 173. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31941>. Acesso em: 10 Nov. 2021.

⁴⁶ Idem, p. 166-174.

⁴⁷ Estrada Real do Gado, também conhecida como Estrada das Boiadas, ligava Feira de Santana, então no trajeto das boiadas do São Francisco para a cidade do Salvador. LOPES, Rodrigo Freitas. *Nos currais do Matadouro Público: o abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830-1873)*. Dissertação de mestrado. Salvador: PPG de História/FFCH/UFBA, 2009, p. 37. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11232/1/Dissertacao%20Rodrigo%20Lopesseg.pdf>. Acesso em: 10 Nov. 2021.

⁴⁸ TAVARES. Op. cit. p. 248-249.

⁴⁹ ARAÚJO, Op. cit., p. 257.

⁵⁰ *Cortejo do Dois de Julho*. Disponível em: <http://www.ipac.ba.gov.br/cortejo-do-dois-de-julho>. Ver também *2 de Julho – Uma festa do Povo*. Fundação Pedro Calmon. Governo do Estado da Bahia. Secretaria da Cultura. Disponível em: <http://www.fpc.ba.gov.br/arquivos/File/000JUL20/EXPOSiaoO2DEJULHOAFESTADOPOVO.pdf>; e *Documentário conta a história do 2 de Julho*. Disponível em: <http://www.tve.ba.gov.br/component/mediaz/media/view/2121>. Com a pandemia provocada pela COVID-19, a comemoração passou a ser uma programação remota. “Dois de Julho será sem desfile pelo segundo ano consecutivo”. *Correio*, 30 Jun. 2021. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/dois-de-julho-sera-sem-desfile-pelo-segundo-ano-consecutivo/>. Acesso em: 10 Nov. 2020.

⁵¹ O *Hino ao Dois de Julho* pode ser ouvido em <https://www.youtube.com/watch?v=6no3z9GIJ3o>. Acesso em: 10 Nov. 2021.

⁵² Sobre Manoel Raymundo Querino consultar seu verbete no *Dicionário Manuel Querino de Arte na Bahia*. Disponível em: <http://www.dicionario.belasartes.ufba.br/wp/verbeta/manuel-querino-manoel-raymundo-querino/>. Acesso em: 10 Nov. 2021.

⁵³ Em nota explicativa, lê-se que Manuel Querino faleceu antes de finalizar esse texto. Ver QUERINO, Manuel. “Notícia histórica sobre o 2 de Julho de 1823 e sua comemoração na Bahia” In: *Manuel R. Querino: seus artigos na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. (org. Jaime Nascimento; Hugo Gama). Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2009, p. 81.

⁵⁴ QUERINO, Op. cit., p. 59.

⁵⁵ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pavilh%C3%A3o_2_de_Julho. Acesso em: 10 Nov. 2021.

⁵⁶ ALBUQUERQUE, Op. cit., p. 103. Sobre mudanças nos festejos consultar ARAÚJO, Op. cit., p. 255-291.

⁵⁷ KRAAY, Hendrik. “Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador, século XIX”. *Afro-Ásia*, Centro de Estudos Afro-Orientais da FFCH, UFBA, 1999, nº 23, p. 47-85. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20979/13581>.

⁵⁸ ARAÚJO. Op. cit., p. 256-257.

⁵⁹ ALBUQUERQUE. Op. cit., p. 53-83.

⁶⁰ ARAÚJO. Op. cit., p. 261.

⁶¹ BOURDIEU, Pierre. “Sobre o poder simbólico”. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª ed, 2003, p. 7-15.

⁶² BOURDIEU, Pierre. “Os ritos de instituição”. In: *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 2ª ed., 1998, p. 98-99.

⁶³ “As festas do centenário. Os funcionários estaduais vão passar desembolsados de seus ordenados”. *O Imparcial*, 05 Abr. 1922. Seção Jornais, Biblioteca Central do Estado da Bahia.

⁶⁴ Uma evidência da linha divisória social pode ser lida na notícia de que, na cidade de Feira de Santana, algumas escolas não participariam do cortejo do 7 de setembro no Campo Grande em Salvador, pela falta de uniformes. A data seria explicada e os pais obrigados a levar os filhos nos respectivos estabelecimentos em suas “roupinhas pobres”. “As festividades do Centenário nesta capital e no interior. Abrigo dos filhos do povo”. *O Imparcial*, 05 Set. 1922. Seção Jornais, Biblioteca Central do Estado da Bahia.

⁶⁵ Chamado de “dilapidador”, responsável por “gordas negociatas”; acusado de não honrar compromissos contando, porém, com crédito ilimitado aprovado pelo Congresso Federal para as

festas. “A orgia financeira. Os absurdos do governo Epitacio”. *A Manhã*, 22 Jul. 1920. Hemeroteca BN, Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720151&pasta=ano%20192&pesq=%22A%20orgia%20financeira%22&pagfis=376>. “Mais uma miséria governo Epitacio. Na história financeira do Brasil nunca se viu cousa igual. Credito ilimitado e descrédito do governo”. *A Manhã*, 31 Jul. 1920. Hemeroteca BN. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720151&pesq=O+centenario&pagfis=408>. Acesso em: 11 Out. 2021.

⁶⁶ “O que era o 2 de julho. Uma reminiscência belíssima”. Trecho de crônica do jornalista Torquato Bahia (Francisco Torquato Bahia da Silva Araújo – 1851-1919), lida no IGHB (1ª palestra mensal de 1912). *A Manhã*, 01 Jul. 1920. Hemeroteca BN. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720151&Pesq=centenario%20independ%20ancia%20na%20bahia&pagfis=312>. Acesso em: 10 Out. 2021.

⁶⁷ “A Comemoração do 2 de Julho”. *A Manhã*, 10 Jun. 1920, Hemeroteca BN. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720151&pesq=&pagfis=252>. Acesso em: 10 Nov. 2021.

⁶⁸ O governo do Estado da Bahia hospeda o príncipe italiano que assistiria o baile no Club Euterpe. “A estadia do príncipe Aimone di Savoia. Sua alteza real desembarca hoje”. *A Manhã*, 20 Jul. 1920. Hemeroteca BN. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=720151&pagfis=368&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 10 Nov. 2021.

⁶⁹ “‘Independência ou Mortel!’ A nossa brilhante festa no Guarany. Como a Bahia comemorará o grande dia”. *A Manhã*, 07 Set. 1920, Hemeroteca BN. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720151&Pesq=centenario%20independ%20ancia%20na%20bahia&pagfis=540>. Acesso em: 10 Nov. 2021.

⁷⁰ “Theatro São João. Hoje - Sete de Setembro”. *A Manhã*, 07 Set. 1920, Hemeroteca BN. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720151&Pesq=centenario%20independ%20ancia%20na%20bahia&pagfis=541>. Acesso em: 10 Nov. 2021.

⁷¹ A historiadora Ana Luiza Martins explicita: “*propaganda* é de caráter ideológico (gerada no próprio bojo do surgimento da imprensa); *publicidade* trata-se de outro mecanismo e advém de outro contexto histórico. Ambas se integraram e se tornaram cruciais no mercado capitalista”. Ver MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 253.

⁷² Projeto nº 19 C de 1920. “O Centenário. O projeto de comemoração na íntegra”. *A Manhã*, 11 Set. 1920. Hemeroteca BN. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=720151&Pesq=O+centenario&pagfis=556>. Acesso em: 10 Nov. 2021.

⁷³ CUNHA, Op. cit.

⁷⁴ “O Brasil, em extraordinário reboiço, prepara-se para o centenário”. *Diário de Notícias*, 31 Ago. 1922. Seção Jornais, Biblioteca Central do Estado da Bahia

⁷⁵ “As Olimpíadas do Centenário”. *O Imparcial*, 13 Set. 1922. Seção Jornais, Biblioteca Central do Estado da Bahia.

⁷⁶ “Às vésperas do majestoso certame. Impressões de uma visita ao local da exposição e da terra carioca transformada em Babel”. *O Imparcial*, 01 Set. 1922, Seção Jornais, Biblioteca Central do Estado da Bahia.

⁷⁷ “Dois de Julho. A libertação da Bahia”. *O Imparcial*, 02 Jul. 1922. Seção Jornais, Biblioteca Central do Estado da Bahia.

⁷⁸ Rinaldo Leite discute em “A propósito do monumento da Independência” o que caracterizou de “guerra simbólica” em torno da proeminência da nacionalidade quando do projeto de construção do monumento para o Museu Paulista em São Paulo. Ver LEITE, Op. cit., p. 237-239.

⁷⁹ Assinado Apa. *Revista Cívica*, Anno XVIII, nº 46 Bis - 47. Seção Periódicos; Biblioteca Pública da Bahia.

⁸⁰ *Revista Cívica*, ano XVIII, Bahia, nº 46 Bis e 47, 7 de setembro de 1923. Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Seção de Jornais.

⁸¹ *Revista Cívica*, ano XVII, Bahia, nº 46 Bis/s/p. Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Seção de Jornais.

⁸² LEITE, Op. cit., p. 337 e ss.

⁸³ “Um Museu Comercial e Agrícola no Rio. A Bahia será presente a esse certame”. *Revista Cívica*, Edição Especial. Rememorativa do primeiro centenário do 2 de Julho e Comemorativa do 7 de Setembro, Ano XVIII, nº 46 Bis e 47; texto assinado por Gratulino Mello, s/p. De acordo com o *Dicionário da Primeira República* (Arquivo Nacional - Memória da Administração Pública Brasileira), o Museu Agrícola e Comercial foi criado em 1923 para atrair interessados em investir em novas indústrias, com o objetivo de “coligir e classificar mostruários de produtos brasileiros para exportação”, reunir dados para um serviço de informações visando intensificar as relações comerciais existentes e conquistar novos mercados. Em 1928, por decreto legislativo nº 5.597, de 11 de dezembro, foi transformado em Instituto de Expansão Comercial. Em novembro de 1930 (decreto nº 19.433, de 1926) o instituto se transferiu para Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/814-museu-agricola-e-comercial>. Acesso em: 23 Dez. 2021.

⁸⁴ “Eng. Gratulino Mello”. *Revista Cívica*, Edição Especial. Rememorativa do primeiro centenário do 2 de Julho e Comemorativa do 7 de Setembro, Ano XVIII, nº 46, 2 de Julho 1923, s/p.

⁸⁵ CUNHA, Op. cit.

⁸⁶ Sobre a participação da província da Bahia no século XIX, ver CUNHA, Cinthia da Silva. *As exposições provinciais do império: a Bahia e as exposições universais (1866 a 1888)*. Dissertação de mestrado. PPG História/FFCH/UFBA. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12017>. Acesso em: 10 Nov. 2021.

⁸⁷ CUNHA, Op. cit., 2018.

⁸⁸ “O Centenário na Capital da República. A abertura da Exposição Internacional. O discurso do Sr. Epitacio Pessoa. *Jornal O Imparcial*, coluna *Última Hora*, 10 Set. 1922.

⁸⁹ “A Bahia no centenário. A exposição preparatória do mostruário baiano”. *O Imparcial*, 04 Jul. 1922. Seção Jornais, Biblioteca Central do Estado da Bahia.

⁹⁰ “A exposição preparatória do Centenário. *O Imparcial*, 05 Jul. 1922. Seção Jornais, Biblioteca Central do Estado da Bahia.

⁹¹ “Exposição do Centenário”. *O Imparcial*, 11 Ago. 1922. Seção Jornais, Biblioteca Central do Estado da Bahia.

⁹² “A Exposição Internacional do Centenário”. *O Imparcial*, 17 Set. 1922. Seção Jornais, Biblioteca Central do Estado da Bahia.

⁹³ “Um Museu Comercial e Agrícola no Rio. A Bahia será presente a esse certame”. *Revista Cívica*, Edição Especial. Rememorativa do primeiro centenário do 2 de Julho e Comemorativa do 7 de Setembro, Ano XVIII, nº 46 Bis e 47; Texto assinado por Gratulino Mello, s/p.

⁹⁴ José Joaquim Seabra foi governador da Bahia em dois períodos 1912-1916 e 1920-1924: Consultar: José Joaquim Seabra; FGV/CPDOC. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-joaquim-seabra>. Acesso em: 10 Nov. 2021.

⁹⁵ “Comemoração do Centenário da Independência”. Mensagem apresentada a Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia Em a sua Primeira Reunião da 16^a Legislatura pelo Dr. José Joaquim Seabra Governador do Estado. Bahia: *Imprensa Oficial*, nº 1 – 1922, p. 10-11. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=872989&Pesq=7%20de%20setembro&pagfis=3565>. Acesso em: 10 Nov. 2021.

⁹⁶ Com o apoio de A. Moura Basto, negociante português domiciliado em Salvador, e mais representantes de 24 casas portuguesas. *O Imparcial*, 22.07.1922. Seção Jornais, Biblioteca Central do Estado da Bahia.

⁹⁷ “A Exposição Luso-Baiana - no primeiro Centenário da Independência da Bahia: uma ideia que caminha. *O Imparcial*, 20 Jul. 1922. Seção Jornais, Biblioteca Central do Estado da Bahia.

⁹⁸ CUNHA, Cinthia da Silva; CERAVOLO, Suely Moraes. “A exposição da verdadeira emancipação no Centenário da Independência na Bahia (1923). *Museologia e Patrimônio*, Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro: UniRio/MAST, vol. 14, nº 1, 2021, p. 373-400. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/843/802>. Acesso em: 10 Nov. 2021.

⁹⁹ Das comemorações do Centenário da Independência da Bahia, têm-se como fontes orçamentos, contudo, sem detalhamento. A Lei nº 1.613, de 28 de maio de 1923, abre uma linha de crédito especial até 600 contos de réis para ocorrer as despesas com a comemoração do centenário da independência na Bahia. Ver CUNHA, Op. cit., 2018, p. 54-55.

¹⁰⁰ Embora extensa, consideramos importante registrar a programação na íntegra ainda que disponível para consulta no Arquivo do IGHB: Dia 1^o de julho - após a inauguração da Exposição: 15:00h - procissão eucarística; às 20:00h - sessão cívica solene no Conselho Municipal; à noite, passeatas cívicas do Terreiro de Jesus ao Campo Grande. Dia 2 de Julho – 8:00h cortejo cívico-militar com organização na Lapinha em direção ao Campo Grande; aqui, continência ao Monumento 2 de Julho; inauguração de coluna a Labatut; 14:00h *Te Deum*; às 16.30 h colocação de pedra fundamental para o monumento ao Visconde de Cairú; as 17:00h inauguração do moinho da Bahia no cais do porto; as 20:00h inauguração da sede do IGHB; 22:00h fogos de artifício na Praça 2 de Julho; música em vários pontos da cidade. Dia 3 de Julho - 7:00h procissão do Senhor do Bomfim; 15:00h inauguração da exposição de autógrafos e documentos históricos no Arquivo Público e Museu do Estado; 17:00h inauguração da herma do conselheiro Almeida Couto, no Parque de Nazaré; 20:00h sessão solene no Gabinete Português de Leitura; as 20:30h concerto da banda de música do 1^o Batalhão da Brigada Policial, no Politeama; à noite “diversões populares”. Dia 4 de Julho - manhã, festas militares; 11:00h inauguração melhoramentos no Asilo S. João de Deus; 16:00h no Campo Grande e outros locais da festa das crianças; 19:00h inauguração da Exposição de Pinturas e Artes Retrospectivas no IGHB, recepção e sessão solene para os associados e de outros similares no Brasil; 20:30h concerto da banda de música do 1^o Batalhão da Brigada Policial no Campo Grande e “diversões populares” pela cidade. Dia 5 de Julho – 7:00h inauguração de estrada de rodagem até Camaçari; 13:00h inauguração exposição de pecuária no Jokey Club; 16:00h inauguração da placa do “sacrifício dos patriotas em 1799”, na Praça 13 de Maio/Piedade; 17:00h chá oferecido pelo governador no edifício da Escola Normal; 20:00h sessão cívica solene na Associação dos Empregados do Comercio da Bahia; passeatas levando os Batalhões Patrióticos, coroas de flores aos “carros emblemáticos da Liberdade da Bahia” locados no Pavilhão 2 de Julho/ Lapinha, [observe-se a forma indireta para se referir ao Caboclo e a Cabocla]. Dia 6 de Julho – 9:00h pedra inaugural do Palácio da Justiça, no Campo dos Mártires; 10:00h pedra inaugural de edifício para Palácio da Assembléia do Estado, no corredor da Vitória; 10:30h inauguração de obras no edifício do Tesouro do Estado; da Escola de Beneficência Caixeiral; do Gabinete de Patologia Vegetal, no campo de experimentação Dr. Antonio Moniz; 11:00h festa da imprensa; 15:30h inauguração do monumento à Castro Alves, na praça do mesmo nome; as 17:30h benção e *Te Deum* na capela da Ajuda, colocação da herma ao Padre Nóbrega e placa no púlpito que

pregou o padre Vieira; 20:00h sessão solene na Faculdade de Medicina; continuidade das festas públicas. Dia 7 de Julho – 7:00h volta da imagem do Senhor do Bomfim em procissão de terra e mar; 22:00h baile oferecido pelo governador do Estado no Palácio da Aclamação; à noite “vários divertimentos populares” (músicas e queima de fogos). Dia 8 de Julho – 9:00h missa campal; 11:00h pedra fundamental para Inspetoria de Caça e Pesca de Amaralina; 14:00h corrida no Jokey Club com grande prêmio do Centenário; 22:00h queima de fogos; passeatas patrióticas e música nos coretos.

¹⁰¹ Um *Esboço histórico em 12 quadros para em comemoração do Primeiro Centenário da Guerra de Independência na Bahia*, sob o título *A Redenção da Bahia* foi preparado pelo Prof. Francisco Henrique da Conceição Menezes do IGHB e do Liceu Salesiano, para o 2 de Julho de 1923. Arquivo do IGHB, cx. 251, d27.

¹⁰² A edificação que a partir de 1919 passou a Palácio Rio Branco (na Praça Tomé de Souza, Centro Histórico), conta com longa trajetória. Teve parte reconstruída naquele ano e parte demolida da fachada principal (em decorrência de bombardeio em 1912). Deixou de ser sede do governo em 1979.

¹⁰³ “Exposição do Centenário. A ação da Delegacia Federal. *O Imparcial*, 20 Jul. 1923. Seção Jornais, Biblioteca Central do Estado da Bahia.

¹⁰⁴ A disposição em salas pode ser observada no conjunto de fotografias do acervo do Arquivo do IGHB, agrupadas pelo evento e data com imagens de produtos enviados à exposição de 1922 no Rio de Janeiro depois expostos no Palácio Rio Branco, em Salvador. Autoria: Trajano Dias (ou T. Dias), fotógrafo profissional, encarregado de registrar as festas públicas (como desfiles de 07 de setembro e 02 de julho) e as vitrines baianas. Ver CUNHA, Op. cit., 2018.

¹⁰⁵ Trata-se de classificação arbitrária que procuramos aqui organizar o apresentado de forma mais didática. Vale notar que classificar produtos nas exposições desde as universais foram foco de disputas acirradas entre países, ou de dificuldades locais para inserir produtos em classes previamente estabelecidas como aconteceu nas exposições das quais a Bahia participou no século XIX. Sobre esse aspecto. Consultar CUNHA, Op. cit., 2010.

¹⁰⁶ O nome Antonio Moniz de Souza homenageia o famoso herborista que cruzou terras brasileiras no século XIX.

¹⁰⁷ Sem título - *Revista Cívica*, Edição Especial. Rememorativa do primeiro centenário do 2 de Julho e Comemorativa do 7 de Setembro, Ano XVII, nº 46 s/p.

¹⁰⁸ O Serviço de Estatística representava o desenvolvimento e a ciência; foi um dos pontos de visitação quando, em 1927, Affonso Taunay, diretor do Museu do Ipiranga, convidado especial e confrade do governador Góes Calmon, esteve na Bahia. CERAVOLO, Suely Moraes. “Colecionando ‘homens e cousas’: por um perfil do Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894 a 1927)”. *Revista do IGHB*, Salvador, 2017, v. 112, p. 97-134.

¹⁰⁹ “Um Museu Comercial e Agrícola no Rio. A Bahia será presente a esse certame. *Revista Cívica*, Edição Especial. Rememorativa do primeiro centenário do 2 de Julho e Comemorativa do 7 de Setembro, Ano XVIII, nº 46 Bis e 47; Texto assinado por Gratulino Mello, s/p.

¹¹⁰ Informações sobre: receita e despesas arrecadas na Bahia (1839 a 1921); valor das exportações dos principais produtos (cacau, café, fumo, açúcar, couros e peles, borracha e piaçava); safra de cacau e de algodão no Estado; produção de óleo e sementes oleoginosas; o movimento fabril; as fábricas de cigarros, as fábricas de calçados; mapas das minas descobertas no Estado; além de informações geológicas e físicas, finanças municipais; e também sobre as companhias de seguros (terrestres e marítimos), movimento do porto e cabotagem, movimento dos passageiros (nacionalidade, sexo, classe), meios de transporte (ferroviário, fluvial e marítimo), instalações hidroelétricas, agências do correio e telegráficas. “A estatística baiana na Exposição do Centenário. *O Imparcial*, 01 Ago. 1922.

¹¹¹ “A farmacopeia sertaneja para a exposição”. *Diário de Notícias*, 10 Jul.1922.

¹¹² “Visita de uma flotilha de torpedeiros de nossa Marinha de Guerra. Secretaria do Interior, e Instrução Pública”. Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Marques de Góes Calmon,

governador do Estado da Bahia à Assembleia Geral Administrativa – 2ª reunião ordinária da 18ª Legislatura em 7 de Abril de 1926, p. 1-4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=872989&Pesq=festas%20do%202%20de%20Julho&pagfis=4854>. Acesso em: 12 Dez.2021.